

7.2 — A classificação final é expressa na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que, na classificação final, obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

7.3 — Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de selecção a utilizar neste concurso, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

8 — Formalização das candidaturas:

8.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, dirigido ao presidente do Instituto de Meteorologia, I. P., e entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para o Instituto de Meteorologia, I. P., sito na Rua C ao Aeroporto de Lisboa, 1749-077 Lisboa, até ao termo do prazo fixado no n.º 1, dele devendo constar os seguintes elementos:

- a) Identificação do requerente (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, estado civil, residência e telefone);
- b) Habilitações literárias e profissionais;
- c) Categoria, natureza do vínculo e identificação do serviço a que pertence;
- d) Identificação do concurso objecto da candidatura;
- e) Declaração, sob compromisso de honra, de que reúne os requisitos gerais de admissão a concurso e provimento em funções públicas enunciados no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- f) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda apresentar e que sejam relevantes para apreciação do seu mérito.

8.2 — Os requerimentos devem ser acompanhados da seguinte documentação:

- a) *Curriculum vitae* detalhado e devidamente assinado;
- b) Documentos comprovativos das habilitações literárias e profissionais;
- c) Documentos comprovativos da formação profissional;
- d) Declaração emitida pelo serviço ou organismo de origem na qual constem a categoria, a natureza do vínculo, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como a classificação de serviço relativa aos últimos três anos;
- e) Declarações ou documentação comprovativa das circunstâncias referidas na alínea f) do número anterior, sem o que não serão as mesmas consideradas.

8.3 — A declaração referida na alínea d) do número anterior será officiosamente entregue ao júri pela Secção de Pessoal, relativamente aos candidatos que pertençam ao quadro de pessoal do ex-INMG, ficando estes igualmente dispensados da apresentação do documento a que se refere a alínea b) desde que o mesmo se encontre arquivado no respectivo processo individual.

9 — Afixação das listas — a relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão publicitadas nos termos conjugados do n.º 2 do artigo 33.º e dos n.ºs 1 e 2 do artigo 34.º, bem como nos termos dos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 38.º e dos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 40.º, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

10 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

11 — Garantia de igualdade de tratamento: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

12 — De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de Abril, o presente concurso será devidamente registado na bolsa de emprego público (BEP).

13 — Composição do júri:

Presidente — Maria de Fátima Espírito Santo, meteorologista assessora principal.
Vogais efectivos:

- 1.º Luís Filipe Nunes, meteorologista assessor, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.
- 2.º João Pestana Ferreira, meteorologista superior principal.

Vogais suplentes:

- 1.º Maria de Lurdes Bugalho, meteorologista assessora.
- 2.º Sílvia Luís Antunes, meteorologista superior principal.

12 de Julho de 2005. — O Presidente, *Adérito Vicente Serrão*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 16 614/2005 (2.ª série). — Considerando que a delegada regional da Cultura do Alentejo colocou o seu lugar à minha disposição;

Considerando que, com o início das funções do XVII Governo Constitucional, se procura dar uma nova dinâmica ao funcionamento das delegações regionais da cultura, designadamente através da densificação das suas competências e de uma articulação mais estreita com outros serviços desconcentrados da administração central;

Considerando que há necessidade de imprimir nova orientação à gestão da Delegação Regional da Cultura do Alentejo, bem como de modificar as políticas culturais a prosseguir, no sentido de uma actuação mais eficaz para o cumprimento da política cultural do Governo;

Considerando que é necessário encontrar um novo perfil para o referido cargo com vista à prossecução dos objectivos políticos fixados pelo Governo:

Determino o seguinte:

1 — Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, dou por finda a comissão de serviço da licenciada Ana Maria de Mira Borges da Mota Vacas no cargo de delegada regional da Cultura do Alentejo, cargo para que fora nomeada, por renovação, pelo despacho n.º 9732/2004, de 8 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 116, de 18 de Maio de 2004.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 30 de Junho de 2005.

28 de Junho de 2005. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Despacho n.º 16 615/2005 (2.ª série). — Com início das funções do XVII Governo Constitucional procura-se dar uma nova dinâmica ao funcionamento do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, pelo que há necessidade de imprimir nova orientação à gestão deste organismo, bem como de modificar as políticas culturais a prosseguir, no sentido de uma actuação mais eficaz para o cumprimento da política arquivística do Governo.

Considerando que é necessário encontrar um novo perfil para o referido cargo com vista à prossecução dos objectivos políticos fixados pelo Governo:

Determino o seguinte:

1 — Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, dou por finda a comissão de serviço da licenciada Maria do Carmo Jasmins Pereira Rodrigues Dias Farinha no cargo de subdirectora do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, cargo para que fora nomeada pelo despacho n.º 3625/2004, de 29 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 19 de Fevereiro de 2004.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 8 de Julho de 2005.

11 de Julho de 2005. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 16 616/2005 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Julho de 2005 da Ministra da Cultura:

Licenciado Fernando António de Figueiredo Alçada, assessor principal da carreira de técnico superior do quadro de pessoal da Secretaria-Geral — autorizado a passar à situação de licença sem vencimento por um ano, a partir de 20 de Julho de 2005.

18 de Julho de 2005. — A Secretária-Geral, *Fernanda Soares Heitor*.

Inspeção-Geral das Actividades Culturais

Despacho n.º 16 617/2005 (2.ª série). — Por despacho da inspetora-geral da Inspeção-Geral das Actividades Culturais de 13 de Julho de 2005, republicam-se as listas de candidatos admitidos ao estágio do concurso interno geral de ingresso na carreira de inspecção-adjunto, publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, n.ºs 114, de 16 de Junho de 2005, a p. 8911, e 132, de 12 de Julho de 2005, a p. 10 162:

Nuno Miguel Melo de Oliveira, fiscal municipal do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Nazaré, Anabela Pereira Dias Pacheco

de Sá Martinez, técnica profissional de 1.ª classe do quadro do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, Nuno Filipe Pacheco Tavares, agente municipal de 2.ª classe do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Sintra, e Rui Carlos Miranda Silva Martins, auxiliar administrativo do quadro de pessoal dos Serviços Municipalizados de Santarém — nomeados, em comissão de serviço extraordinária, estagiários da carreira de inspector-adjunto, na sequência de concurso interno geral de ingresso, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 2 de Junho de 2004.

André Alves de Matos e Susana Lopes Baltazar — nomeados, em regime de contrato administrativo de provimento, pelo prazo de um ano, sendo automaticamente prorrogado até à data da aceitação da nomeação, na categoria de inspector-adjunto do quadro de pessoal da Inspeção-Geral das Actividades Culturais, na sequência de concurso interno geral de ingresso, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 2 de Junho de 2004.

O estágio terá início no dia 16 de Agosto de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

14 de Julho de 2005. — O Subinspector-Geral, *Júlio Araújo Melo*.

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

Despacho n.º 16 618/2005 (2.ª série). — Tendo sido admitida, ao abrigo da Lei n.º 2/2004, para o cargo de directora do Arquivo Distrital de Beja, dependente do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, a candidata Maria José Abrantes Maciel Chaves, determino a sua nomeação para o referido cargo, por urgente conveniência de serviço, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo.

A única candidata foi admitida por corresponder ao perfil pretendido e em função do seu currículo, que evidencia a sua experiência na área da arquivística, as funções de coordenação e a participação em grupos de trabalho, bem como o conhecimento do arquivo a cuja direcção se candidata e a experiência em funções de chefia.

27 de Junho de 2005. — O Director-Geral, *Pedro Dias*.

ANEXO

Nota curricular e profissional

Dados biográficos:

Nome — Maria José Abrantes Maciel Chaves;
Data de nascimento — 13 de Outubro de 1956;
Naturalidade — Santa Maria de Belém, Lisboa.

Dados académicos:

Curso de especialização em Ciências Documentais, opção Arquivo, da Universidade Autónoma de Lisboa, Luís de Camões;
Curso de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Dados profissionais:

Directora do Arquivo Distrital de Beja, equiparada a chefe de divisão, por despacho de 4 de Março de 1999, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 81, de 7 de Abril de 1999, em regime de comissão de serviço, renovada por despacho de 23 de Janeiro de 2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 27 de Janeiro de 2002;
Louvor n.º 82/2004, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 28 de Janeiro de 2004;
Técnica superior de arquivo de 1.ª do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Loures.

Actividade profissional:

Planificação e execução das aquisições obrigatórias e voluntárias do Arquivo Distrital de Beja;
Coordenação técnica da organização e descrição dos fundos documentais, através da concepção e criação de instrumentos de descrição normalizados;
Assessoria técnica a diversas entidades públicas, de direito público e privado da área do distrito, designadamente câmaras municipais;
Orientação de estágios, de âmbito curricular, de técnicos superiores de arquivo, bem como de outros de integração profissional e social, tendo como característica a formação em posto de trabalho e a sensibilização para a área dos arquivos;

Concepção, organização e coordenação da exposição «Forais Manuelinos de Terras de Mira e Odiana», bem como da concepção e coordenação da edição do «Foral Manuelino de Beja», 2003;

Concepção dos projectos Património Escolar do Baixo Alentejo, Dar Vida aos Arquivos das Escolas e Governo Civil de Beja, Um Arquivo Aberto. Este último, com candidatura aceite no POSI;

Organização, descrição e elaboração do inventário dos fundos documentais provenientes da Fábrica de Loíça de Sacavém, incorporado na Câmara Municipal de Loures;

Organização, descrição e elaboração do inventário do arquivo MOVEX — Empresa Metalúrgica e Casas Pré-Fabricadas;

Participação em numerosos eventos nacionais e internacionais, designadamente na área da arquivística e da Administração Pública.

Outras actividades:

Representante do Ministério da Cultura na Comissão Regional de Turismo da Planície Dourada, pelo despacho n.º 16 853/2002, *Diário da República*, 2.ª série, n.º 175, de 3 de Junho de 2002;
Professora de Estudos Sociais e Educação Musical em diversas escolas do ciclo preparatório entre 1979 e 1991.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Despacho n.º 16 619/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 12 de Julho de 2005:

André Rodrigues Capricho, técnico profissional de arquivo de nomeação definitiva do quadro de pessoal do Supremo Tribunal de Justiça — autorizada a sua reclassificação, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, para a categoria de técnico superior de 2.ª classe, do grupo de pessoal técnico superior de arquivo (escala 1, índice 400), em lugar vago do quadro.

12 de Julho de 2005. — O Administrador, *Ricardo Campos Cunha*.

UNIVERSIDADE ABERTA

Reitoria

Despacho n.º 16 620/2005 (2.ª série). — Nos termos da deliberação n.º 7/2005, do senado universitário, em sessão de 24 de Janeiro de 2005, e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 216/92, homologo o regulamento do mestrado em Expressão Gráfica, Cor e Imagem, o qual, por despacho do director-geral do Ensino Superior de 24 de Fevereiro de 2005, tem o registo R/47/2005:

Regulamento do mestrado em Expressão Gráfica, Cor e Imagem

Artigo 1.º

Criação

A Universidade Aberta cria o mestrado em Expressão Gráfica, Cor e Imagem e concede o respectivo grau de mestre.

Artigo 2.º

Âmbito

O presente regulamento aplica-se aos candidatos e aos mestrandos do referido curso.

Artigo 3.º

Objectivos

O mestrado em Expressão Gráfica, Cor e Imagem orienta-se para a formação avançada, de natureza conceptual e de aplicação com recurso a instrumentação técnica adequada, ao nível de:

Concepção de esquemas gráficos de síntese de organização de procedimentos no âmbito de uma iniciativa de acção e procedimentos;

Formulação de esquemas de organização e articulação de meios e recursos com vista a uma dada realização;

Elaboração de ilustrações de fácil apreensão, de forma clara e inequívoca, transcrevendo de forma hierarquizada procedimentos referentes a um processo de acção e de execução; Inovação na composição de ilustrações de informação de carácter operativo;